

“RETRATOS” DOS PERSONAGENS DA ORDEM NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA (1831-1850): COR, OCUPAÇÃO E CONDIÇÃO CIVIL

Lidiana Justo da Costa

Programa de Pós-Graduação em História - UFPB

O cotidiano da província da Paraíba¹ nos idos Oitocentos apresentava-se agitado e barulhento, principalmente no torvelinho político que marcou a década de 1830 - no qual se observou a abdicação do então imperador D. Pedro I e no ano seguinte (1831), a ascensão do governo regencial.²

Por esse tempo, nas ruas da Cidade da Parahyba, podiam-se ver diversos tipos sociais, desde: escravos, libertos, caixeiros, artesãos, militares, proprietários, negociantes, e os considerados pelo discurso oficial como, “vadios”³ (Almeida, 1987; Rodriguez, 1994 e Medeiros, 1996). Esse cenário no qual se movimentaram esses personagens “não passava de um aglomerado urbano de feições coloniais, que pouco diferia da descrição dos primeiros cronistas e viajantes que a visitaram” (DINIZ, 2004, p. 154). As ruas não tinham calçamentos e na época do inverno ficavam enlameadas e esburacadas, servindo de pastos e depósito de lixo, que era muito comum ser lançado pela janela da casa ou mesmo num terreno baldio. Nestas condições: “As noções de higiene circunscreviam-se aos limites da casa, da fachada para dentro: as sujeiras eram jogadas pelas janelas e postas para serem acumuladas nas vias públicas como elas fossem o lado imprestável da vida” (DINIZ, 2004,

¹ Utilizarei a grafia *Paraíba* para me referenciar à província, e *Parahyba* quando for a capital.

² É importante sublinhar que a Regência foi considerada por alguns pesquisadores, a exemplo de Marcello Basile (2009) como de “vacância do trono”, pois com a abdicação do imperador, diversos partidos políticos quiseram impor seu projeto de nação, tais como: os caramurus, liberais e exaltados, e não só isto, segundo o autor, pontilhava insatisfações/reinvindicações no “parlamento, imprensa, associações” (BASILE, 2009, p. 63) da época. Foi no governo regencial que se deu a criação da Guarda Nacional, uma milícia cívica, e a extinção das ordenanças, guardas municipais e dos corpos de milícia, instituições bem características do período colonial.

³ O termo “vadio” era comumente utilizado nos ofícios e correspondências oficiais, para designar aqueles personagens que não se enquadravam “moralmente” com o comportamento considerado correto no período. Ver documentação de 1831-1850, as mesmas encontram-se no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte/PB. Também sugiro os relatórios dos presidentes de província da Paraíba. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso em: 10 out. 2012.

p. 155). A adoção das medidas higiênicas teve que aguardar as primeiras décadas do século XX.⁴

Contudo, ressalto que as mesmas foram espaços de diversões, trocas culturais e também de punições e vigilâncias. Por exemplo, as festas negras, acompanhadas de seu “batuque e o samba, os Maracatus, os Congos, os Cabindas” (LIMA, 2010, p.112), estas manifestações inquietaram as autoridades, que frequentemente viam a “ordem” cidadina sendo alterada pelos distúrbios advindos desses divertimentos como as brigas ou embriaguez. Nesse sentido, cabe destacar que as principais autoridades envolvidas no controle e ordem pública na província foram: os delegados, subdelegados, inspetores de quartirão, os policiais, os guardas nacionais e as praças do Exército.

Ao sabor dos achados documentais⁵, procuro lançar luz sob os homens que compuseram os quadros de duas instituições mantenedoras da ordem na província: a Guarda Nacional e o Exército. Destacando que não se têm na historiografia regional pesquisas específicas que tomaram esses personagens como sujeitos históricos, no entanto, estudos recentes sobre militares e milícias vêm procurando desconstruir certos estereótipos em torno dessa temática⁶ trazendo à baila os “homens livres pobres” que deram vida a essas instituições.⁷ Nesse aspecto, chamo atenção para o caráter da masculinidade inerente as mesmas, afinal, ser homem era um pré-requisito para o ingresso nesse universo militar, o que significava em outras palavras “a virilidade, o ideal corporal, o sentido de coesão, a categórica diferenciação entre a função social entre os sexos” (ROSEMBERG, 2010, p.

⁴ Dentre os diversos estudos sobre essa temática, sugerimos a leitura das dissertações de mestrado de Nirvana L. A. R. de Sá, **A cidade no despertar da era higiênica: A Cidade da Parahyba e o Movimento Higienista (1854-1912)**, 2009 e Azemar dos S. Soares Júnior, **Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)**, 2011.

⁵ Para esta análise, utilizo as fichas individuais do Exército e a lista do serviço ordinário da Guarda Nacional de Alagoa Grande de 1833, documentações disponíveis no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte/PB, no recorte de 1831 a 1850.

⁶ Dentre os diversos estudos, sugerimos José Iran Ribeiro, **Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)**, 1996; Hendrik Kraay, **Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial**, 1999; Wellington Barbosa da Silva, **Entre a Liturgia e o Salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)**, 2003 e Flávio Henrique Dias Saldanha, **Os Oficiais do Povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850**, 2006.

⁷ Atualmente venho desenvolvendo junto ao PPGH/UFPB uma pesquisa pioneira sobre a Guarda Nacional na província da Paraíba (1831-1850), na mesma, dentre outras abordagens, procuro lançar um olhar sobre os personagens que compuseram o quadro dessa instituição, trazendo a cena histórica, os “homens livres pobres” e aqueles que pertenciam a uma classe mais abonada da sociedade paraibana, estes, que frequentemente ocupavam postos da oficialidade da milícia.

110) como bem analisou André Rosemberg (2010), ao tratar sobre o *Ser* policial, no século XIX, características estas que podem ser estendidas as demais instituições militares do período.

Mas, antes de analisarmos os perfis dos milicianos e dos militares, atentemo-nos para o que nos mostra o quadro a seguir sobre a população da província da Paraíba no século XIX.

Quadro I- População livre e escrava da província da Paraíba (1802-1851)

ANO	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
1802	40.158	10.677	50.835
1811	104.774	17.633	122.407
1851	183.92	28.546	212.466

Fonte: ver nota.⁸

Com base nas informações fornecidas pelo *Quadro I*, queremos demonstrar como se encontrava a população da província da Paraíba no século XIX, especialmente no recorte ao qual nos propomos analisar. Para efeito de análise, escolhemos o ano de 1802, pois, de acordo com Rocha (2009), no final do século XVIII os mapas populacionais da província⁹ apresentavam mudanças quanto à configuração racial da população, segundo a autora, no final do Setecentos “a maioria da população negra da Paraíba era de condição livre e nascida na capitania da Paraíba” (ROCHA, 2009, p. 110), enquanto, no que tange a cor dessa população livre, a maior parte encontrava-se no grupo dos mulatos/pardos¹⁰. Quando comparamos o número da população total do ano de 1802 (50.835) com a do ano de 1811 (122.407), identificamos o expressivo crescimento da mesma, observe também que houve

⁸ Esses dados populacionais podem ser encontrados em Medeiros (1999) sendo que a autora apresentou uma tabela com os seguintes anos: 1798, 1802, 1811, 1851 e 1872. É possível também encontrar informações sobre o ano de 1851 no *Mapa Estatístico da população livre e escrava da província da Paraíba*, o mesmo, encontra-se disponível em: <http://www.brazil.crl.edu/>. Acesso em: 2 set. 2012. Elza Régis de Oliveira (2007) traz em sua pesquisa informações sobre os habitantes da Capitania da Paraíba do Norte nos anos: 1798, 1799, 1800, 1801, 1802, 1804 e 1805, dividindo esses habitantes em brancos, pretos, índios e mulatos.

⁹ A autora analisou dois mapas do século XVIII, sendo um do ano de 1762-1763, e o outro, de 1798. Vide nota 32 de Rocha (2009, p. 108).

¹⁰ Segundo Rocha (2009) o mapa populacional de 1798 constava as cores: preta, mulata, branca e indígena, como se pode perceber, o termo pardo foi substituído pelo termo “mulato”, o que dava no mesmo, tendo em vista que ambos se referem aos indivíduos de ascendência africana e europeia, (Rocha, 2009).

um aumento da população de condição jurídica livre neste ano, se em 1802 era de 40.158, em 1811 saltou para 104.774.

E, no conjunto dessa população livre, apenas 17.633 eram cativos, número que se comparado ao da população livre era inexpressivo. Vale frisar ainda que essa população foi dividida em (pardos, pretos, indígenas e brancos), desta feita, em 1811, tinha-se 61.458 pessoas pardas e 12.336 pretas, destes, 56.161 eram livres e a minoria, 17.633 eram escravos. No que tange às categorias indígenas e brancas, a população indígena compunha 2,8% desta população e os brancos apresentaram um crescimento considerável, mas, no entanto, não chegaram a superar a população negra e parda, que juntos, segundo Rocha (2009), formavam 60% da população da província,¹¹ o que levou a autora a constatação de que a população da província da Paraíba era composta por uma maioria negra. É importante salientar que em 1851 a população livre que era de 183.92 só aumentava em comparação ao número de cativos, que estava em 28.546, ou seja, ainda que se comparado aos anos anteriores (1802 e 1811) ela tenha apresentado um crescimento considerável, ainda sim, os cativos “não conseguiram acompanhar a expansão da população total” (ROCHA, 2009, p.113). Depreende-se a partir dos dados expostos, que, os homens livres pobres e de cor, com o passar dos anos tornaram-se personagens predominantes na paisagem da província em estudo.

Feita esta análise, no quadro a seguir, apresento informações sobre a lista do serviço ordinário da Guarda Nacional do distrito de Alagoa Grande do ano de 1833, cabe salientar que a lista original possui os seguintes designativos: nomes dos guardas, qualidade, idade, estado civil e moradia, mas, para facilitar esta discussão, no lugar dos nomes, escolhi os números dos guardas e excluí o local de moradia.

**Quadro II: Lista do serviço ordinário das Guardas Nacionais do Distrito de N.
S. das Dores de Alagoa Grande de 1833**

Nº de Guardas	Qualidade	Idade	Estado Civil
---------------	-----------	-------	--------------

¹¹ Utilizamos os dados de Rocha (2009) sobre a condição jurídica e racial da população da província da Paraíba nos anos de 1802 a 1851.

	P= 12	18 a 30=63	S= 12
64	B= 12		C= 17
	D= 40	40 a 60=1	D= 35

Fonte: Quadro elaborado a partir da lista do serviço ordinário de qualificação do Distrito de N. S. das Dores de Alagoa Grande, em 1833. Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte/PB, Cx: 10, Ano: 1830/1833.

Como se pode atentar, sessenta e quatro cidadãos foram inseridos numa Companhia de Infantaria do distrito de N. S. das Dores de Alagoa Grande.¹² Os responsáveis pelo alistamento dividiram estes cidadãos em qualidades (P, B e D), e como na documentação inexistente a tradução destas iniciais, através de investigações, pude notar que estas iniciais se referem à cor dos milicianos, sendo importante frisar que o termo “qualidade”, não foi particular à província da Paraíba, tendo sido encontrado na pesquisa de Hendrik Kraay (2011) quando estudou o censo populacional da Bahia no século XIX.

Estas iniciais concernentes à cor possibilitam traçar o perfil dos guardas que compuseram a Guarda no respectivo distrito. Dessa maneira, observei que dos sessenta e quatro convocados para o serviço ordinário: doze eram pretos, doze brancos e quarenta milicianos inclusos na categoria (D). Por esta designação fugir dos “padrões classificatórios”, trabalho com a hipótese de que (D) designe o grupo constituído de pardos, homens “de cor entre branco e preto como a do pardal”, conforme definiu Silva (1789), o que também não seria nenhum absurdo tendo em vista o que demonstrou as estatísticas da população da província, destacando em especial o aumento com o passar dos anos, desta categoria. Esta afirmação parte do pressuposto de que o recenseador teve a ideia de colocar estas iniciais, conjecturo, tendo em vista que os termos preto e pardo por começarem com a letra ‘p’, a letra (D) seria uma maneira de diferenciar e abreviar, já que, além disto, o mesmo, deveria por na lista outras informações pertinentes ao alistado.

Quanto ao estado civil dos guardas, doze eram solteiros, dezessete casados e trinta e cinco foram incluídos na categoria (D). Observe que nessa categoria da condição civil a

¹² Sobre a composição numérica de milicianos que deveriam compor uma Companhia de Infantaria, ver: *Lei de 18 de agosto de 1831*, Art. 34.

letra (D) aparece novamente, não se enquadrando ao padrão de classificação, visto, por exemplo, em outras províncias. Acredito que nessa categoria sobre a condição civil (D) estavam incluídos os guardas que eram viúvos e que viviam em relações “ilícitas”, mas que não seria o caso de serem mencionadas. Pelo quadro, observamos também que dentre esses milicianos: sessenta e três tinham entre 18 e 30 anos, e apenas um, entre 40 e 60 anos de idade. Depreende-se a partir destas informações, que os alistados para o serviço ordinário em Alagoa Grande possuíam um perfil misto, no que tange às categorias raciais e ao estado civil. Muito embora, haja uma hegemonia no quesito idade entre os guardas de 18 e 30 anos, pois os mesmos, pelo que observei, eram milicianos com um perfil etário que devia interessar à milícia.¹³ Vale a pena chamar atenção para a diversidade/convivência étnica neste quadro, o que nos remete a discussão de Jeanne B. de Castro (1979) que situou a milícia como um espaço de “integração étnica”, nesse sentido discordo da tese da autora, por entender que a suposta “integração” estava mais para uma “convivência étnica”, afinal, é preciso lembrar, que se tratava de uma sociedade escravagista e marcada por uma acentuada distinção social. Por outro lado, cabe frisar que diferente do Exército, a Guarda Nacional extinguiu as divisões dos batalhões por cores, no Exército, por exemplo, o pesquisador Hendrik Kraay (2011) percebeu que os oficiais eram brancos, e nas milícias, havia batalhões de pretos, pardos e brancos, somente em 1837 alteraram-se os padrões de exclusão, pois “(as tropas pagas ou as primeiras linhas), excluía os pretos, aceitava relutantemente os pardos e preferia os brancos” (KRAAY, 2011, p. 46).

A partir desses levantamentos, nesse alistamento de 1833 se observa no “Batalhão de Alagoa Grande”, que foram arrolados um número acentuado de milicianos - numa boa idade para prestação de serviço na Guarda, e também nota-se uma grande quantidade de pardos no respectivo batalhão, em detrimento dos números apresentados pelo recenseador

¹³ Com relação à média de vida no século XIX, cabe destacar que alguns pesquisadores apontam esse período como crítico no que tange à saúde e às práticas de higiene, tendo em vista os altos índices de mortalidades derivados de constantes doenças. Na província da Paraíba, Alarcon Agra do Ó (2005), destacou que o Oitocentos foi pontado por surtos epidêmicos que resultaram em morte, as quais assolaram a paisagem da respectiva província. “Feliz era quem morria de sucesso, inesperadamente; os demais, só por estarem vivos, eram potencialmente vítimas de febre amarela, de disenterias, violentas (ou câmaras, ou fleumas, ou corrença, ou ventre solto, que atacavam além dos naturais quase todos os estrangeiros)” (Agra do Ó, 2005, p. 18). Nesse cenário “doente”, foi muito comum casos de milicianos que para escaparem do serviço ordinário esconderam-se por trás de justificativas falsas alegando aos seus superiores que se encontravam acometidos por “moléstias”.

de brancos e pretos, o que, por sua vez, demonstra que houve a “convivência étnica” naquela localidade, só que dessa vez, sem a existência de divisões legais por cor da pele, como costumava acontecer no Exército. Portanto, isto, significou em outras palavras, a materialização do governo central de “fabricar” uma instituição que se queria “democrática”, na qual estivessem todos os considerados cidadãos brasileiros independente de sua cor, só que, a bem da verdade, *Ser cidadão* brasileiro era privilégio de alguns, portanto, a Guarda Nacional acabou reforçando a hierarquia social daquela sociedade escravagista oitocentista.

E, prosseguindo a análise sobre esses “personagens da ordem” na província da Paraíba, investiguei ainda as “Fichas individuais” dos soldados de Primeira Linha, e pude atentar que os mesmos não foram passivos ante o recrutamento militar, principalmente no final da década de 1830, quando o governo provincial ordenou que se recrutassem homens para o Exército,¹⁴ obedecendo, por sua vez, a uma ordenança do governo central do Rio de Janeiro. Convém salientar, que as nove fichas que analisei apresentava-se da seguinte maneira: a) o nome do pai, b) naturalidade, c) idade em que assentou praça, d) caracteres físicos (cor dos olhos, do cabelo e a altura da praça), e) estado civil e profissão, resalto ainda que esse padrão informativo orientou todas as fichas investigadas.

Ora, em meio aos flagrantes documentais, encontrei as seguintes informações - no dia 2 de julho de 1839, o capitão interino Antonio Affonso Nascimento, elaborou a “Ficha individual” do soldado Francisco Nepomuceno Borges, filho de “pais [incógnitos]” e natural do Brejo de Bananeiras. O mesmo, havia assentado praça no dia 22 de abril de 1839 e deu-se por “auzente” do 3º Batalhão de Artilharia a Pé, no dia 2 de julho do mesmo ano. O dito Francisco Nepomuceno Borges tinha 22 anos quando assentou praça, possuindo “quatro pés e onze polegadas e meio de altura, *cabelos castanhos, olhos pardos, Alfaiate,*

¹⁴ Encontrei um ofício do governo central do Rio de Janeiro, ordenando que o governo provincial da Paraíba, remetesse tropas para auxiliar a província de Pernambuco em 1838, e no mesmo ofício, houve a menção sobre o recrutamento na província - Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte/PB, Cx: 16, Ano: 1838. Além desse, em 22 de agosto de 1840, o governo da província da Paraíba, em cumprimento as exigências do governo central emitiu uma circular explicando como deveria ser feito o recrutamento, no mesmo, foi dito que a Guarda Nacional e a Força policial da província auxiliariam na captura dos indivíduos, e seriam considerados recrutáveis, os guardas nacionais que fossem negligentes com o serviço, tivessem sem fardamento e que estivessem ilegalmente alistados - Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte/PB, Cx: 18, Ano: 1840.

*solteiro*¹⁵ [Grifos meus]. Outro nome que constava na “Ficha individual” do já mencionado secretário, foi o do soldado da 2ª Companhia nº 10 do Corpo Provisório de Caçadores de Primeira Linha, Felis José Joaquim, na sua ficha, constava que ele era natural de São Miguel de Taipú, possuía 24 anos de idade quando assentou praça no dia 15 de junho de 1840 jurando Bandeira, e era “filho de José de Tal”. Descreveram ainda outras informações sobre Felis José Joaquim - que tinha “*cabelos prêtos grenhos, olhos pardos, cazado, sem officio, 63 polegadas de altura*” [Grifos meus], e segundo o secretário, a praça “auzentou-se” da companhia no dia 5 de setembro de 1841.¹⁶ (Discutiremos sobre os mesmos mais adiante).

Dito isto, no quadro a seguir, meu objetivo é proporcionar um “retrato instantâneo” das praças que foram, como os dois anteriores, “fichados” pela instituição militar.

Quadro III: Ficha individual das praças ausentes da Primeira Linha

¹⁵ Ficha individual do soldado Francisco Nepomuceno Borges que se ausentou do 3º Batalhão de Artilharia a Pé. Ficha elaborada pelo Capitão Interino Antonio Affonso Nascimento, em 2 de julho de 1839 do Quartel das 5 pontas. Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte/PB, Cx: 17, Ano: 1839.

¹⁶ Relação da praça Félis José Joaquim da 2ª Companhia nº 10 do Corpo Provisório de Caçadores de Primeira Linha, que desertou em 15 de setembro de 1841. Elaborada pelo secretário interino Jose Antonio Baptista. Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte/PB, Cx: 19, Ano: 1841.

PRAÇA	NATURALIDADE	IDADE	ESTADO CIVIL	COR DA PELE, DOS CABELOS E DOS OLHOS	PROFISSÃO
ANTONIO FRANCISCO	VILA DO PILAR	19 ANOS	SOLTEIRO	CABELOS PRETOS E OLHOS PARDOS	SEM OFFICIO
LUIS PEREIRA (PRAÇA VOLUNTÁRIA)	RIO DO PEIXE-PROVÍNCIA DO NORTE	21 ANOS	SOLTEIRO	CABELOS PRETOS E OLHOS GRANDES	SEM OFFICIO
JOAQUIM JOSÉ DE STª ANNA	VILA DE ALHANDRA	18 ANOS	SOLTEIRO	CABELOS PRETOS E OLHOS PARDOS	OFFICIAL DE SAPATEIRO
MANOEL JOAQUIM	PILAR	23 ANOS	CAZADO	CABELOS CASTANHOS E OLHOS PARDOS	SEM OFFICIO
JOSÉ RODRIGUES ALVES	PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE	35 ANOS	VIÚVO	CABELOS CASTANHOS E OLHOS PARDOS	SEM OFFICIO
JOÃO DAMASCENO BARBOSA	PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE	29 ANOS	SOLTEIRO	CABELOS PRETOS E OLHOS PARDOS CLAROS	SEM OFFICIO
PEDRO SELESTIM SALUSTIANO	<i>PITIMBÚ</i>	<i>22 ANOS</i>	<i>CAZADO</i>	<i>PARDO, CABELOS CRESPOS E OLHOS PRETOS</i>	<i>SEM OFFICIO</i>

Fonte: Quadro elaborado pela autora, com base nas informações presentes nas Fichas individuais das praças meira Linha da província da Paraíba, Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte/PB, entre os anos de 1839 (Cx: 17) a 1841 (Cx: 19). Grifos meus.

Dos nove soldados analisados, cinco eram solteiros, destes, Joaquim José de Stª Anna, da Vila de Alhandra, era Oficial de sapateiro, enquanto Francisco Nepomuceno Borges, do Brejo de Bananeiras, era alfaiate. Os demais, num total de sete praças, se encontravam na categoria dos “sem officio”. Interessante mencionar que três deles eram naturais da província do Rio Grande do Norte: Luis Pereira (solteiro), José Rodrigues Alves (viúvo) e João Damasceno Barbosa (solteiro) e todos eles sem nenhuma profissão. Sobre esta categoria dos “sem officio”, a pesquisadora Hebe Mattos (1998), destacou que os que

costumavam ser identificados dessa maneira eram pessoas que não haviam estabelecidos laços identitários com a comunidade local, ou como costumava acontecer, eram pessoas provenientes de outras regiões, e que, portanto, não haviam se estabelecido, sendo, na maioria dos casos, pequenos agricultores. Ainda segundo a autora, esses personagens por não terem nenhuma ocupação fixa, viviam em busca de oportunidades, e na escala social situavam-se no último degrau da pobreza.

No que concerne à faixa etária, o de menos idade apresentava 18 anos, era o solteiro Joaquim José de St^a Anna, e o de mais idade era o viúvo - José Rodrigues Alves, com 35 anos. No que tange as características físicas, há uma predominância de praças de cabelos pretos ou castanhos e olhos pardos, e destes, Luis Pereira, único “praça voluntária”, não teve a cor dos olhos mencionada, apenas o tamanho dos mesmos que eram grandes, talvez por ser uma característica física mais saliente da respectiva praça. Outros que não seguiram o padrão dos demais foram: Felis José Joaquim, que tinha olhos pardos e *cabelos pretos e prênhos* [grifo meu], e Pedro Selestim Salustiano, que tinha *cabelos crespos e pretos* [grifo meu] e era pardo, como se pode perceber, esta foi a única praça que teve sua cor mencionada nas fichas que analisei.

A minha hipótese é de que a ausência da cor da pele das demais praças, explica-se pelo fato de que as mesmas se tratavam de pessoas da cor branca, afinal, como esses “retratos individuais” tinham a finalidade de se reconhecer o desertor, a cor da pele seria imprescindível no reconhecimento, e, tendo em vista que essas fichas eram as únicas técnicas auxiliares para identificação de um indivíduo no período,¹⁷ as informações pormenorizadas - seja no que tange a (idade, estado civil, cor dos cabelos e olhos, cor da pele, profissão) ou a menção de algum traço físico que distinguisse o indivíduo como foi o caso dos os “olhos grandes” de Luis Pereira, eram recursos técnicos que mesmo subjetivos e pouco racionais, facilitavam na identificação e posterior delação do desertor às autoridades. Isto posto, cabe mencionar ainda que os encarregados da elaboração desses retratos, os escreviam de acordo com suas percepções, carregadas na maioria das vezes por um olhar generalizante e marcado por preconceitos, o que, em consequência disto,

¹⁷ Sobre as formas de identificações dos personagens no século XIX, sugiro a leitura do artigo de Elaine Cristina Jorge Dias, intitulado: **As condições físicas e de Saúde dos escravizados nos anúncios de jornais da Paraíba Oitocentista (1850-1888)**, 2011.

“tornavam os retratos sujeitos a alto grau de deturpação” (ROSEMBERG, 2010, p. 247) ou mesmo anedóticos.

Essas informações sobre os personagens que compuseram a Guarda Nacional e o Exército no século XIX são importantes quando me questiono sobre: Quem foram esses homens? O que faziam? Quais suas características físicas e faixa etária? Questionamentos estes, que me propus responder ainda que parcialmente. Pois, esses dados não são definitivos, até porque, estudos e pesquisas vêm sendo feitos sobre os corpos militares na província da Paraíba no Oitocentos, no entanto, pode-se ao menos ter uma ideia dos perfis sociais que integraram essas instituições militares. No caso de Alagoa Grande, por exemplo, foi possível identificar um maior número de milicianos pardos (grupo que segundo a estatística populacional do século XIX só crescia, e aliado aos pretos, constituíam conforme notou Rocha (2009) 60% da população da província), além, de um equilíbrio entre guardas brancos e pretos. O inovador dessa averiguação, é que longe de ser uma “integração étnica”, percebo que o que na verdade ocorreu ali, foi a convivência entre pessoas de cor num mesmo batalhão, sem a existência de divisões raciais como acontecia no Exército, e, isto, é preciso frisar. Mas, se essa convivência ética se deu com ou sem conflitos, o *corpus* documental analisado, silencia.

Já no caso das “Fichas individuais” das praças “auzentes” é notável que o objetivo do escrivão foi fazer um retrato instantâneo desses personagens, no intuito de facilitar a prisão do desertor. Um detalhe destas fichas é que num período no qual não se dispunha da fotografia, a técnica que permitia a identificação de uma pessoa era justamente as descrições de suas características como a: filiação, idade, cor e altura, além da ressalva de alguma característica física que permitisse a identificação imediata, como foi os “olhos grandes” da praça Luis Pereira, e, notadamente, a menção da cor, como foi o caso do “pardo” Pedro Selestim Salustiano, este caso em particular me leva a conjecturar que as demais praças tratavam-se de homens brancos, já que a cor era imprescindível na composição/elaboração dos retratos desses personagens. Em suma, as informações presentes neste estudo, suscitam questões para que se analisem as instituições da ordem do século XIX na província da Paraíba, atentando, principalmente, para os personagens que prestaram serviço nas mesmas.

REFERÊNCIAS

AGRA DO Ó, Alarcon. “Relatos de males: notas acerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial”. In: **Paraíba no Império e na República: estudos de História Social e Cultural**. Campina Grande: EDUFCG, 2005. p.11-40.

ALMEIDA, Maurílio. “Cidade da Parahyba: 1860- Um pequeno aglomerado urbano”. Mello, José Octávio de Arruda *et all*. In: **Capítulos de História da Paraíba**. Campina Grande: Grafset, 1987. p. 605-608.

BASILE, Marcello. “O Laboratório da Nação: a era regencial (1831-1840)”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (orgs.). **O Brasil Imperial (1808-1831)**. Vol. II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 53-119.

CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadoa: A Guarda Nacional de 1831 a 1850**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

DIAS, Elaine Cristina Jorge. As condições físicas e de saúde dos escravizados nos anúncios de jornais da Paraíba oitocentista (1850-1888). **Revista Temporalidades/UFMG**, vol. 3, n. 2 ago/dez, 2011. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/6p98.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2012.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A Maldição do Trabalho**. João Pessoa: Manufatura, 2004.

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. **Diálogos**, Maringá, v. 3, n. 3, 1999. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03_atg3.htm#_ednref53. Acesso em: 7 mar. 2012.

_____. **Política Racial, Estado e Forças Armadas na época da Independência: Bahia 1790-1850**. São Paulo: Hucitec, 2011.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)**. Tese (Doutorado em História). Recife: UFPE, 2010.

MEDEIROS, Coriolano de. **Tambá da minha infância**. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura/SEC, 1994, p. 01-110.

MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma M. **O trabalho na Paraíba**. Das origens à transição para o trabalho livre. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999.

OLIVEIRA, Elza Régis de. **A Paraíba na crise do século XVIII: Subordinação e autonomia.** 2ª ed. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2007.

RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço os chamava:** os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845). Santa Maria: UFSM, 2005.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista:** população, família e parentesco espiritual. São Paulo: UNESP, 2009.

RODRIGUEZ, Walfredo. **Roteiro Sentimental de uma Cidade.** 2ª ed. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura/SEC, A União, 1994. (Edição Fac-similar).

ROSEMBERG, André. **De Chumbo e Festim:** uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: Fapesp, 2010.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **Os Oficiais do Povo:** a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006.

SÁ, Nirvana Lígia Albino Rafael de. **A cidade no despertar da era higiênica:** A Cidade da Parahyba e o Movimento Higienista (1854-1912). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2009.

SILVA, Antonio Morais da. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa.** Lisboa: Confluência. 1945.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos:** o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: [s.n.], 2011.